

ENTRE O AFETO E A BIOLOGIA: UM ENSAIO CRÍTICO SOBRE A ANTROPOMORFIZAÇÃO DE PETS SILVESTRES

Carlos Fernando Branco Veigaⁱ  009-0007-9891-129X

RESUMO: A crescente inserção de animais de origem silvestre como animais de companhia intensificou as discussões sobre a antropomorfização nas relações humano-animal. Este ensaio analisou criticamente suas implicações psicológicas, biológicas e éticas para os pets silvestres, integrando evidências da Psicologia, Etologia, Medicina Veterinária, Ciência do Bem-Estar Animal e Ética Animal. A literatura indica que a antropomorfização constitui um processo cognitivo natural, capaz de fortalecer vínculos afetivos e favorecer a empatia, não sendo, por si só, um comportamento patológico ou inerentemente prejudicial. Entretanto, quando passa a orientar

decisões de manejo, pode resultar em práticas incompatíveis com as necessidades fisiológicas, comportamentais e cognitivas das espécies. Nessa perspectiva, o bem-estar animal emerge como o principal critério para avaliar a qualidade do cuidado, deslocando a discussão da intenção do tutor para os efeitos produzidos sobre o animal. Conclui-se que a posse responsável de pets silvestres depende da conciliação entre o vínculo afetivo e o respeito às necessidades espécie-específicas, integrando conhecimento científico e cuidado responsável.

PALAVRAS-CHAVE: Antropomorfização. Bem-estar animal. Posse responsável.

BETWEEN AFFECTION AND BIOLOGY: A CRITICAL ESSAY ON THE ANTHROPOMORPHIZATION OF WILD PETS

ABSTRACT: The growing inclusion of wild animals as companion animals has intensified discussions on anthropomorphism in human-animal relationships. This essay critically examines the psychological, biological, and ethical implications of anthropomorphism in wild pets by integrating evidence from Psychology, Ethology, Veterinary Medicine, Animal Welfare Science, and Animal Ethics. The literature indicates that anthropomorphism is a natural cognitive process that can strengthen emotional bonds and foster empathy, and should not be regarded as either pathological or

inherently harmful. However, when it guides animal management, it may promote practices that conflict with species-specific physiological, behavioral, and cognitive needs. From this perspective, animal welfare emerges as the primary criterion for evaluating the quality of care, shifting the focus from the owner's intentions to the effects of management on the animal. It is concluded that responsible ownership of wild pets depends on balancing the human-animal bond with respect for species-specific needs through scientifically informed care.

KEYWORDS: Anthropomorphism. Animal welfare. Responsible ownership.

1 Introdução

Nas últimas décadas, a relação entre seres humanos e animais de companhia passou por profundas transformações, aproximando espécies antes predominantemente associadas a funções utilitárias, esportivas ou recreativas do ambiente doméstico e do convívio familiar. Esse processo, inicialmente descrito sobretudo para cães e gatos, também alcançou animais de origem silvestre. Para os fins deste ensaio, adota-se o termo *pets silvestres* para designar animais de origem silvestre, nativos ou exóticos, legalmente mantidos como animais de companhia. A convivência cada vez mais próxima entre humanos e esses animais modificou não apenas sua inserção no contexto familiar, mas também a forma como são percebidos, manejados e cuidados. Esse novo contexto amplia as possibilidades de interação entre humanos e animais, mas também favorece situações em que interpretações humanas sobre cuidado podem não corresponder às necessidades biológicas das espécies (Fischer *et al.*, 2022; Soares *et al.*, 2026; Veiga, 2026).

Nesse contexto, a antropomorfização consolidou-se como um importante objeto de investigação na Psicologia, na Biologia e nas Ciências do Comportamento por representar a tendência humana de atribuir características, emoções, intenções ou estados mentais a outras espécies (Guthrie, 1993; Epley; Waytz; Cacioppo, 2007; Urquiza-Haas; Kotrschal, 2015). As evidências indicam que esse processo constitui um mecanismo cognitivo natural, capaz de fortalecer vínculos afetivos, aumentar a empatia em relação aos animais e, em determinados contextos, favorecer atitudes positivas para a conservação da fauna (Root-Bernstein *et al.*, 2013; Yue *et al.*, 2021; Amici *et al.*, 2025). Dessa forma, a antropomorfização não deve ser compreendida como um fenômeno inerentemente negativo, mas como uma característica amplamente presente nas relações entre humanos e animais.

Embora a antropomorfização exerça funções reconhecidamente positivas na relação humano-animal, cresce o número de estudos demonstrando que determinadas práticas de manejo influenciadas por interpretações antropomórficas podem divergir das necessidades biológicas das espécies. Alimentação baseada em preferências humanas, uso de vestimentas e acessórios, exposição frequente a ambientes inadequados, restrição de comportamentos naturais e manejo incompatível com as exigências fisiológicas e comportamentais têm sido associados a alterações nutricionais, metabólicas, fisiológicas e comportamentais capazes de comprometer o bem-estar animal, ainda que motivadas pelo afeto ou pela intenção de proporcionar melhores condições de vida (Mota-Rojas *et al.*, 2021; Mellor *et al.*, 2020; Piseddu *et al.*, 2025; Mader, 2015; Nascimento *et al.*, 2020; Warwick, 2020).

Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, a produção científica permanece predominantemente fragmentada. Estudos oriundos da Psicologia concentram-se nos mecanismos cognitivos e afetivos envolvidos na antropomorfização; pesquisas em Medicina Veterinária, Etologia e Ciência do Bem-Estar Animal investigam principalmente as repercussões do manejo sobre a saúde e o comportamento das espécies; enquanto a literatura em Ética discute os limites morais da relação entre humanos e animais. Permanecem escassos, entretanto, os estudos que integram essas perspectivas em uma interpretação única voltada especificamente aos pets silvestres.

Diante desse cenário, este ensaio busca responder à seguinte pergunta científica: quais são as implicações psicológicas, biológicas e éticas da antropomorfização de pets silvestres? Para responder a essa questão, integra evidências provenientes da Psicologia, da Etologia, da Medicina Veterinária e da Ética Animal em uma interpretação interdisciplinar da antropomorfização, discutindo em que medida práticas de manejo influenciadas por referências humanas de cuidado podem convergir ou divergir das necessidades espécie-específicas e quais as implicações dessa relação para o bem-estar animal e para a compreensão contemporânea da posse responsável.

2 A antropomorfização na relação entre humanos e pets silvestres

A antropomorfização pode ser compreendida como a tendência humana de atribuir características, emoções, intenções ou estados mentais a entidades não humanas, incluindo animais. Longe de representar uma distorção da realidade, esse processo constitui uma estratégia cognitiva amplamente distribuída na espécie humana, utilizada para interpretar e atribuir significado ao ambiente e aos organismos com os quais se estabelece interação (Guthrie, 1993; Epley; Waytz; Cacioppo, 2007). Sob essa perspectiva, interpretar um animal a partir de referências humanas não significa, necessariamente, desconhecer sua natureza biológica, mas recorrer ao repertório cognitivo mais familiar para compreender comportamentos e estabelecer relações.

Segundo Epley, Waytz e Cacioppo (2007), a antropomorfização resulta da interação entre diferentes mecanismos cognitivos e motivacionais. O conhecimento adquirido sobre o próprio comportamento humano funciona como referência para interpretar outras espécies, especialmente quando seus comportamentos são pouco conhecidos ou de difícil compreensão. Paralelamente, a necessidade de compreender o ambiente e a motivação para estabelecer

conexões sociais favorecem a atribuição de intenções, emoções e estados mentais aos animais, tornando a antropomorfização uma resposta frequente nas relações humano-animal.

Essa leitura, contudo, não deve ser tomada como consenso definitivo. Uma meta-análise recente de Durand e Bègue (2026) testou diretamente a hipótese de associação entre solidão crônica e antropomorfização e não encontrou suporte consistente para essa relação. Em sentido semelhante, Díaz Videla e Olarte (2020) avaliaram a hipótese de que animais de companhia substituiriam vínculos humanos ausentes e encontraram maior apoio para uma relação de complementaridade, na qual os vínculos com animais coexistem com relações humanas satisfatórias. Esses resultados não invalidam o modelo de Epley, Waytz e Cacioppo (2007), mas indicam que alguns de seus mecanismos motivacionais ainda demandam confirmação empírica mais robusta. Assim, a antropomorfização é utilizada neste ensaio como categoria analítica para compreender percepções e práticas humanas, e não como explicação causal definitiva das relações com pets silvestres. Ainda assim, independentemente da confirmação de seus mecanismos motivacionais específicos, os efeitos descritivos da antropomorfização sobre a percepção e o comportamento humano permanecem amplamente documentados, o que justifica sua utilização neste ensaio como categoria analítica — e não como explicação causal definitiva.

Estudos posteriores ampliaram essa interpretação, demonstrando que a antropomorfização envolve processos tanto intuitivos (empatia, teoria da mente, percepção social) quanto reflexivos, modulados por experiências individuais, valores culturais e conhecimento prévio sobre a espécie (Urquiza-Haas; Kotrschal, 2015; Dacey; Coane, 2023), um fenômeno, portanto, influenciado por fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais, e não um comportamento homogêneo.

Essa tendência também exerce importantes funções afetivas. A atribuição de características humanas favorece o estabelecimento de vínculos emocionais, aumenta a empatia e estimula comportamentos de cuidado. Características morfológicas associadas ao baby schema, como olhos proporcionalmente grandes, cabeça arredondada e traços juvenis, desencadeiam respostas automáticas de proteção e acolhimento, contribuindo para a aproximação entre humanos e diferentes espécies (Borgi; Cirulli, 2016). Em contextos de educação ambiental e conservação da biodiversidade, a antropomorfização pode ainda favorecer atitudes positivas em relação à fauna ao aproximar simbolicamente os animais da experiência humana (Root-Bernstein *et al.*, 2013; Yue *et al.*, 2021).

Nas últimas décadas, esse processo passou a ser intensificado por novas formas de interação mediadas pelas redes sociais e por plataformas digitais de compartilhamento de

imagens e vídeos. A ampla circulação de conteúdos retratando pets silvestres em situações cotidianas, frequentemente acompanhados por narrativas que enfatizam emoções, personalidades e comportamentos semelhantes aos humanos, amplia o potencial de identificação entre público e animal, reforçando interpretações antropomórficas e contribuindo para sua naturalização no imaginário coletivo (Veiga, 2026). Dessa forma, a antropomorfização deixa de ser apenas um fenômeno individual e passa a integrar processos culturais mais amplos relacionados à forma como a sociedade contemporânea percebe e representa os animais.

Entretanto, a literatura disponível não sustenta que a antropomorfização constitua, por si só, uma manifestação patológica ou um comportamento necessariamente prejudicial. Ao contrário, trata-se de um componente esperado das relações humano-animal, capaz de fortalecer vínculos afetivos, estimular comportamentos de proteção e favorecer o interesse pela conservação da fauna. A intensidade desses vínculos somente assume relevância clínica quando associada a transtornos psicológicos específicos, como a acumulação compulsiva de animais, situação distinta da antropomorfização cotidiana descrita na maior parte dos estudos (Díaz Videla; Reyes Plazaola, 2022; Nardi *et al.*, 2025).

Compreendida dessa forma, a antropomorfização não representa o problema central discutido neste ensaio. O ponto de inflexão ocorre quando interpretações humanas deixam de constituir apenas uma forma de compreender e se relacionar com os animais e passam a orientar decisões práticas sobre alimentação, ambiente, interação e manejo. Nessa circunstância, o cuidado tende a ser definido por expectativas humanas de conforto, proteção ou afeto, estabelecendo as bases para possíveis conflitos com as necessidades biológicas das diferentes espécies. É nesse ponto que a discussão se desloca da Psicologia para a Biologia, sem abandonar a perspectiva integrada que orienta este ensaio.

3 Quando a antropomorfização orienta o manejo

Enquanto a antropomorfização permanece como um mecanismo de interpretação e aproximação entre humanos e animais, seus efeitos tendem a restringir-se ao campo das percepções e dos vínculos afetivos. Entretanto, quando passa a orientar decisões relacionadas ao manejo cotidiano, deixa de influenciar apenas a forma como o animal é percebido e passa a interferir diretamente nas condições em que ele vive. Nesse momento, referências humanas sobre conforto, proteção, alimentação e interação podem substituir critérios fundamentados

nas necessidades biológicas da espécie, estabelecendo um potencial conflito entre a percepção do tutor e a experiência do próprio animal.

Esse conflito se torna particularmente evidente porque o ambiente doméstico é, em essência, organizado segundo necessidades humanas. Temperatura, iluminação, horários, alimentação, estímulos sonoros, rotina e formas de interação refletem hábitos culturais das pessoas e não, necessariamente, das espécies com as quais convivem. A adaptação dos pets silvestres a esse contexto depende, portanto, de um manejo capaz de compensar essas diferenças por meio do conhecimento de sua biologia, ecologia e comportamento. Quando essa mediação é substituída por interpretações antropomórficas, aumenta a probabilidade de incompatibilidades entre aquilo que o tutor entende como cuidado e aquilo que efetivamente atende às necessidades do animal.

A alimentação constitui um dos exemplos mais frequentemente discutidos na literatura. A oferta de alimentos consumidos habitualmente por seres humanos, muitas vezes percebida como demonstração de carinho ou inclusão do animal na rotina familiar, pode resultar em desequilíbrios nutricionais, alterações metabólicas e comprometimento da saúde quando substitui dietas compatíveis com a fisiologia da espécie. Esse princípio se aplica a diferentes grupos taxonômicos e independe do valor nutricional atribuído pelo tutor aos alimentos oferecidos, uma vez que as exigências alimentares resultam de adaptações evolutivas específicas e não de preferências humanas (Mader, 2015; Mota-Rojas *et al.*, 2021). No Brasil, o estudo de Lousa (2013) sobre macacos-prego (*Sapajus s/p.*) expostos a alimentos antrópicos documentou alterações comportamentais e ecológicas associadas a essa substituição alimentar, oferecendo evidência empírica concreta para o padrão descrito na literatura internacional.

Situação semelhante ocorre em relação ao ambiente físico. Espécies silvestres apresentam exigências particulares quanto à temperatura, umidade, luminosidade, disponibilidade de refúgios, complexidade ambiental e possibilidade de explorar o espaço de acordo com seu repertório comportamental. Ambientes organizados prioritariamente para atender às expectativas humanas de conforto ou estética podem limitar a expressão desses comportamentos, favorecendo o desenvolvimento de estresse crônico e outras alterações comportamentais. Nesse contexto, o enriquecimento ambiental deixa de representar um elemento acessório do manejo e passa a constituir condição essencial para a manutenção do bem-estar (Warwick, 2020; Piseddu *et al.*, 2025).

A interação direta entre humanos e pets silvestres também merece atenção. A manipulação constante, o compartilhamento contínuo de espaços, o uso de vestimentas e

acessórios, a participação frequente em eventos públicos ou a exposição recorrente em ambientes urbanos podem ser interpretados pelo tutor como manifestações de afeto ou integração familiar. Entretanto, a resposta do animal a essas situações depende de características comportamentais e sensoriais próprias da espécie. Estímulos considerados neutros ou agradáveis para seres humanos podem representar fontes persistentes de desconforto, insegurança ou sobrecarga sensorial para animais cuja história evolutiva foi moldada em contextos ecológicos completamente distintos (Mader, 2015; Mota-Rojas *et al.*, 2021).

É importante destacar que nenhuma dessas práticas pode ser avaliada isoladamente ou classificada, de forma absoluta, como adequada ou inadequada. Sua repercussão depende da espécie envolvida, das condições em que é realizada, da intensidade, da frequência e da capacidade do animal de responder e adaptar-se aos estímulos recebidos. Essa perspectiva afasta interpretações simplificadoras e reforça que o manejo de pets silvestres deve ser orientado por critérios técnicos e científicos, evitando generalizações baseadas exclusivamente em percepções humanas de cuidado.

Sob essa ótica, a principal contribuição da antropomorfização para o debate sobre os pets silvestres não está em explicar práticas específicas, mas em evidenciar como decisões cotidianas podem ser influenciadas por referenciais distintos. Enquanto o tutor interpreta suas ações a partir de valores como carinho, proteção e inclusão, o animal responde de acordo com necessidades fisiológicas, comportamentais e cognitivas moldadas por sua história evolutiva. Compreender essa diferença de referenciais constitui o primeiro passo para avaliar, de forma objetiva, quando o cuidado converge para o bem-estar animal e quando passa, ainda que involuntariamente, a afastar-se dele. Esse é o ponto em que a discussão deixa de concentrar-se no manejo e passa a exigir uma reflexão sobre os próprios critérios utilizados para definir o que significa cuidar de um animal silvestre.

Assim, compreender como a antropomorfização influencia o manejo constitui apenas parte da análise. Torna-se igualmente necessário estabelecer critérios capazes de distinguir práticas compatíveis com as necessidades espécie-específicas daquelas que, embora motivadas por afeto, podem comprometer o bem-estar animal.

4 Antropomorfização, bem-estar e posse responsável

A constatação de que práticas antropomorfizadas podem influenciar o manejo dos pets silvestres conduz a uma questão fundamental: como determinar se essas práticas favorecem

ou comprometem o bem-estar animal? A resposta não pode basear-se exclusivamente na intenção do tutor nem na intensidade do vínculo estabelecido com o animal, mas em critérios científicos capazes de avaliar se as necessidades físicas, comportamentais e cognitivas da espécie estão sendo efetivamente atendidas.

Nas últimas décadas, o conceito de bem-estar animal evoluiu significativamente. Se, inicialmente, era frequentemente associado apenas à ausência de doença, dor ou sofrimento, atualmente compreende uma condição mais ampla, que envolve também a possibilidade de o animal expressar comportamentos naturais, interagir adequadamente com o ambiente e experimentar estados mentais predominantemente positivos. Modelos contemporâneos, como o dos Cinco Domínios, reforçam essa abordagem ao integrar aspectos relacionados à nutrição, ambiente, saúde, comportamento e estado mental, permitindo uma avaliação mais abrangente da qualidade de vida dos animais sob cuidados humanos (Mellor *et al.*, 2020).

Essa perspectiva é particularmente relevante para os pets silvestres, pois evidencia que o bem-estar não depende apenas da sobrevivência ou da ausência de enfermidades. Um animal pode receber alimentação de elevada qualidade, acompanhamento veterinário periódico e demonstrar bom estado clínico, mas ainda assim apresentar limitações importantes relacionadas ao ambiente em que vive, à impossibilidade de expressar comportamentos característicos da espécie ou à exposição contínua a estímulos incompatíveis com sua biologia. Da mesma forma, práticas percebidas como demonstrações de carinho podem produzir efeitos distintos daqueles imaginados pelo tutor quando analisadas sob a perspectiva do próprio animal.

Essa diferença decorre da existência de dois referenciais distintos de avaliação. O tutor interpreta suas ações a partir de valores humanos, como proteção, conforto, companhia e afeto. O animal, entretanto, responde segundo adaptações evolutivas construídas ao longo de milhares de gerações, refletidas em suas necessidades fisiológicas, comportamentais e cognitivas. Assim, a qualidade do cuidado não pode ser determinada apenas pelo significado atribuído à prática por quem a realiza, mas pelos efeitos que ela produz sobre o organismo e o comportamento do animal.

Sob esse enfoque, a posse responsável ultrapassa o cumprimento de obrigações legais ou sanitárias e passa a representar um compromisso permanente com o atendimento das necessidades espécie-específicas. Isso implica reconhecer que a manutenção de um animal em ambiente doméstico não modifica sua história evolutiva nem elimina exigências relacionadas à alimentação, ao ambiente, às interações sociais ou à expressão de comportamentos naturais.

O vínculo afetivo entre tutor e animal permanece importante, mas deixa de constituir o principal parâmetro para avaliar a qualidade do cuidado.

Essa compreensão também permite diferenciar intenção e consequência, distinção frequentemente negligenciada nas discussões sobre antropomorfização. A maior parte das práticas descritas na literatura decorre de tentativas genuínas de proporcionar conforto, proteção ou melhor qualidade de vida aos animais. Entretanto, a ausência de intenção de causar sofrimento não impede que determinadas condutas produzam consequências incompatíveis com o bem-estar. Sob a perspectiva ética, portanto, a avaliação do cuidado deve considerar simultaneamente a motivação humana e seus efeitos sobre o animal, evitando tanto a condenação indiscriminada dos tutores quanto a relativização de práticas potencialmente prejudiciais.

Essa abordagem desloca o debate da dicotomia entre antropomorfização “certa” ou “errada” para uma questão mais objetiva: em que medida as decisões de manejo respeitam as necessidades da espécie? Ao adotar o bem-estar animal como o principal referencial científico para avaliação da qualidade do manejo, torna-se possível compreender que a antropomorfização não representa, por si só, um problema ético. O conflito emerge quando interpretações humanas passam a substituir evidências científicas sobre a biologia, o comportamento e a ecologia dos animais, comprometendo a capacidade de oferecer condições compatíveis com suas necessidades.

Nessa perspectiva, a posse responsável deixa de ser compreendida apenas como um conjunto de cuidados básicos e passa a incorporar uma dimensão ética fundamentada no reconhecimento da alteridade biológica dos animais. Cuidar de um pet silvestre não significa tratá-lo como um ser humano em miniatura, mas reconhecer que o verdadeiro respeito ao vínculo estabelecido depende justamente da capacidade de preservar aquilo que o torna biologicamente diferente de nós. É nesse equilíbrio entre afeto e conhecimento científico que a antropomorfização encontra seus limites e que a posse responsável encontra seu sentido mais amplo.

5 Considerações finais

A antropomorfização constitui um componente inerente às relações entre humanos e animais, desempenhando importantes funções cognitivas, afetivas e sociais. As evidências analisadas neste ensaio indicam que, embora seus mecanismos motivacionais específicos ainda não estejam plenamente confirmados, seus efeitos descritivos sobre a percepção

humana são consistentes: ela favorece o estabelecimento de vínculos, amplia a empatia em relação aos animais e, em determinados contextos, pode inclusive contribuir para a valorização da fauna e para iniciativas de conservação. Assim, compreendê-la como um fenômeno exclusivamente negativo ou como manifestação patológica não encontra respaldo na literatura contemporânea.

Ao integrar contribuições da Psicologia, da Etologia, da Medicina Veterinária e da Ética Animal, este ensaio demonstra que a principal questão não reside na antropomorfização em si, mas na forma como ela influencia as decisões relacionadas ao manejo dos pets silvestres. Quando referências humanas de cuidado passam a substituir o conhecimento científico acerca das necessidades fisiológicas, comportamentais e cognitivas das espécies, podem surgir incompatibilidades capazes de comprometer o bem-estar animal, ainda que motivadas por afeto, proteção ou boas intenções.

Sob essa perspectiva, a posse responsável deve ser compreendida como um compromisso que ultrapassa a oferta de alimento, abrigo e assistência veterinária. Ela exige o reconhecimento de que animais de origem silvestre mantêm exigências biológicas próprias, independentemente da proximidade estabelecida com seus tutores ou do ambiente em que vivem. O cuidado responsável pressupõe, portanto, a conciliação entre o vínculo humano-animal e o respeito às características espécie-específicas, evitando que interpretações antropomórficas se sobreponham às necessidades reais do animal.

Mais do que propor uma oposição entre afeto e ciência, este ensaio defende que ambos devem atuar de forma complementar. O afeto constitui elemento essencial da relação entre humanos e pets silvestres e frequentemente motiva atitudes de proteção e cuidado. Entretanto, é o conhecimento científico que permite transformar esse vínculo em práticas compatíveis com o bem-estar animal. Nesse sentido, a antropomorfização encontra seus limites não na existência do vínculo afetivo, mas no momento em que a percepção humana deixa de reconhecer a alteridade biológica do animal.

Espera-se que esta abordagem contribua para ampliar o debate interdisciplinar sobre a antropomorfização de pets silvestres, estimulando novas pesquisas que integrem Ciências Humanas, Medicina Veterinária, Etologia e Bem-Estar Animal. Ao deslocar a discussão da dicotomia entre antropomorfização “positive” ou “negative” para a análise de suas implicações práticas sobre o manejo e o bem-estar das espécies, este ensaio propõe uma perspectiva capaz de fortalecer tanto a compreensão contemporânea da posse responsável quanto o desenvolvimento de estratégias de cuidado fundamentadas simultaneamente no vínculo humano-animal e no respeito à biologia de cada espécie.

Em última análise, a contribuição deste ensaio consiste em demonstrar que a antropomorfização não deve ser compreendida como um problema a ser eliminado das relações humano-animal, mas como um fenômeno inerente a essas relações, cujos efeitos dependem da capacidade de conciliar o vínculo afetivo com o conhecimento científico sobre as necessidades biológicas das espécies.

REFERÊNCIAS

- AMICI, Federica *et al.* Experience with animals, religion, and social integration predict anthropomorphism across five countries. **iScience**, Cambridge, v. 28, n. 7, art. 112693, 2025. DOI: 10.1016/j.isci.2025.112693. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.isci.2025.112693>. Acesso em: 2 maio 2026.
- BORGI, Marta; CIRULLI, Francesca. Pet face: mechanisms underlying human-animal relationships. **Frontiers in Psychology**, Lausanne, v. 7, art. 298, 2016. DOI: 10.3389/fpsyg.2016.00298. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.00298>. Acesso em: 2 maio. 2026.
- DACEY, Mike; COANE, Jennifer H. Implicit measures of anthropomorphism: affective priming and recognition of apparent animal emotions. **Frontiers in Psychology**, Lausanne, v. 14, art. 1149444, 2023. DOI: 10.3389/fpsyg.2023.1149444. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1149444>. Acesso em: 2 maio 2026.
- DÍAZ VIDELA, Marcos; OLARTE, M. Alejandra. Companion dogs as surrogate family members and the compensation hypothesis. **Journal of Behavior, Health & Social Issues**, Ciudad de México, v. 12, n. 1, p. 15–24, 2020. DOI: 10.22201/fesi.20070780.2020.12.1.65726. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/fesi.20070780.2020.12.1.65726>. Acesso em: 3 maio. 2026.
- DÍAZ VIDELA, Marcos; REYES PLAZAOLA, Paola Tamara. Trastornos psiquiátricos del vínculo humano-animal: psicopatologías del afecto hacia los animales de compañía. **Revista de Psicología**, La Plata, v. 21, n. 1, p. 135–154, 2022. DOI: 10.24215/2422572Xe094. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/2422572Xe094>. Acesso em: 2 maio 2026.
- DURAND, Anthony; BÈGUE, Laurent. Imaginary companions: a meta-analytic investigation on anthropomorphism and chronic loneliness. **Acta Psychologica**, Amsterdam, v. 269, art. 107436, 2026. DOI: 10.1016/j.actpsy.2026.107436. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.actpsy.2026.107436>. Acesso em: 2 maio 2026.
- EPLEY, Nicholas; WAYTZ, Adam; CACIOPPO, John T. On seeing human: a three-factor theory of anthropomorphism. **Psychological Review**, Washington, v. 114, n. 4, p. 864–886, 2007. DOI: 10.1037/0033-295X.114.4.864. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0033-295X.114.4.864>. Acesso em: 2 maio 2026.
- FISCHER, Marta Luciane; CARVALHO, Patricia Feiz Nardinelli Bernardes de; CARNEIRO, Jaqueline Kliemke; PIMPÃO, Claudia Turra. Humanização dos animais de companhia: por

uma Educação Ambiental animalitária. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 35–56, 2022. DOI: 10.34024/revbea.2022.v17.13881. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/revbea.2022.v17.13881>. Acesso em: 2 maio 2026.

GUTHRIE, Stewart Elliott. **Faces in the clouds: a new theory of religion**. New York: Oxford University Press, 1993.

LOUSA, Túlio Costa. **Influências dos alimentos antrópicos no comportamento e ecologia de macacos-prego**. 2013. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MADER, Douglas. Environmental enrichment for reptiles. **Clinician's Brief**, Tulsa, p. 27–30, fev. 2015. Disponível em: <https://www.cliniciansbrief.com/article/environmental-enrichment-reptiles>. Acesso em: 2 maio 2026.

MELLOR, David J. *et al.* The 2020 Five Domains Model: including human-animal interactions in assessments of animal welfare. **Animals**, Basel, v. 10, n. 10, art. 1870, 2020. DOI: 10.3390/ani10101870. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ani10101870>. Acesso em: 2 maio 2026.

MOTA-ROJAS, Daniel *et al.* Anthropomorphism and its adverse effects on the distress and welfare of companion animals. **Animals**, Basel, v. 11, n. 11, art. 3263, 2021. DOI: 10.3390/ani11113263. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ani11113263>. Acesso em: 2 maio 2026.

NARDI, Benedetta *et al.* Understanding the relevance of psychopathological features in pets-owner relationship: state of the art and future directions—a narrative review. **Clinical Neuropsychiatry**, Rome, v. 22, n. 4, p. 297–306, 2025. DOI: 10.36131/cnfioritieditore20250404. Disponível em: <https://doi.org/10.36131/cnfioritieditore20250404>. Acesso em: 2 maio 2026.

NASCIMENTO, Darlyane Parente do *et al.* Distúrbios nutricionais associados a erros de manejo em Psitacíformes. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 10, e9609109130, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9130. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.9130>. Acesso em: 2 maio 2026.

PISEDDU, Andrea; VAN ZEELAND, Yvonne R. A.; RAULT, Jean-Loup. Evaluation of welfare indicators for companion parrots: a Delphi consultation survey. **Applied Animal Behaviour Science**, Amsterdam, v. 283, art. 106526, 2025. DOI: 10.1016/j.applanim.2025.106526. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.applanim.2025.106526>. Acesso em: 2 maio 2026.

ROOT-BERNSTEIN, Meredith; DOUGLAS, Leigh; SMITH, Adam; VERÍSSIMO, Diogo. Anthropomorphized species as tools for conservation: utility beyond prosocial, intelligent and suffering species. **Biodiversity and Conservation**, Dordrecht, v. 22, p. 1577–1589, 2013. DOI: 10.1007/s10531-013-0494-4. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10531-013-0494-4>. Acesso em: 2 maio 2026.

SOARES, Hyago Kesley Lucena *et al.* A global assessment of wild mammals kept as pets. **Frontiers in Ecology and Evolution**, Lausanne, v. 14, art. 1794855, 2026. DOI:

10.3389/fevo.2026.1794855. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fevo.2026.1794855>. Acesso em: 2 maio 2026.

URQUIZA-HAAS, Esmeralda G.; KOTRSCHAL, Kurt. The mind behind anthropomorphic thinking: attribution of mental states to other species. **Animal Behaviour**, London, v. 109, p. 167–176, 2015. DOI: 10.1016/j.anbehav.2015.08.011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.anbehav.2015.08.011>. Acesso em: 2 maio 2026.

VEIGA, Carlos Fernando Branco. A jaguatirica de Uruará (PA): estudo netnográfico da ecologia algorítmica do conflito e da circulação afetiva da fauna silvestre. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, Curitiba, v. 9, n. 3, p. 1–25, 2026. DOI: 10.34188/bjaerv9n3-064. Disponível em: <https://doi.org/10.34188/bjaerv9n3-064>. Acesso em: 2 maio 2026.

WARWICK, Clifford Paul. **Reptilian welfare in a biological context**. 2020. Tese (Doutorado em Filosofia) - School of Pharmacy and Biomedical Sciences, University of Portsmouth, Portsmouth, 2020.

YUE, Dan *et al.* Anthropomorphic strategies promote wildlife conservation through empathy: the moderation role of the public epidemic situation. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Basel, v. 18, n. 7, art. 3565, 2021. DOI: 10.3390/ijerph18073565. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph18073565>. Acesso em: 2 maio 2026.

Recebido:	05/05/2026
Publicado:	30/06/2026

ⁱ Pesquisador independente. Tecnólogo em Gestão Ambiental e Saneamento Ambiental, graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas e especialista em Zoologia. Desenvolve pesquisas sobre conservação da fauna, conflitos socioambientais e comunicação ambiental. E-mail: cfbveiga@gmail.com.